

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, planejamento e gerenciamento de comunicação institucional e mídias digitais, bem como serviços de design gráfico e comunicação visual estratégica para o Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, conforme especificações, quantitativos e condições constantes na tabela abaixo.

ITEM	SERVIÇO	CATSER	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados de <b>assessoria</b> , planejamento, coordenação e gerenciamento da comunicação institucional e das mídias digitais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, compreendendo a produção e divulgação de conteúdo institucional, gerenciamento de redes sociais, cobertura das agendas oficiais da Presidência e de eventos institucionais, monitoramento de desempenho digital, elaboração de materiais informativos e estratégicos, bem como ações voltadas ao fortalecimento da imagem institucional, ampliação do alcance comunicacional, promoção da transparência institucional e aprimoramento do relacionamento com profissionais registrados, parceiros institucionais e sociedade.	15601	12	R\$ 4.611,61	R\$ 55.339,32
2	Prestação de serviços especializados de <b>design gráfico</b> e comunicação visual estratégica, compreendendo a criação, desenvolvimento e padronização de peças institucionais digitais e impressas, identidade visual, materiais promocionais, conteúdos	15601	12	R\$ 2.880,00	R\$ 34.560,00

visuais para redes sociais, campanhas institucionais, apresentações, materiais de divulgação e demais recursos gráficos destinados ao apoio das ações institucionais e agendas da Presidência do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, visando fortalecer a identidade e a imagem institucional, ampliar o alcance e o engajamento junto ao público-alvo e assegurar comunicação visual clara, moderna, acessível e alinhada às diretrizes institucionais.				
---	--	--	--	--

1.2. A contratação deve seguir as especificações, critérios e exigências deste Termo de Referência.

1.3. Os serviços possuem natureza continuada e estratégica, sendo indispensáveis ao apoio das ações institucionais, à divulgação das atividades da Presidência, ao fortalecimento da imagem institucional do CREF8 e à ampliação da transparência e comunicação com a sociedade e os profissionais registrados.

1.4. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, sob demanda, podendo envolver atividades presenciais e remotas, conforme necessidade da contratante, incluindo cobertura de agendas oficiais, eventos institucionais, reuniões, campanhas e demais ações promovidas pelo CREF8.

1.5. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e compatível com o objeto contratado, responsabilizando-se integralmente pela qualidade técnica dos serviços prestados, cumprimento dos prazos estabelecidos e observância das diretrizes institucionais do CREF8.

1.6. Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos princípios da administração pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

1.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa da autoridade competente e comprovação da vantajosidade para a Administração.

1.8. Os serviços serão executados de forma integrada, considerando a necessidade de alinhamento entre a assessoria de comunicação institucional e os serviços de design gráfico e comunicação visual estratégica, visando assegurar padronização estética, identidade institucional e eficiência operacional.

1.9. Considerando a natureza institucional e dinâmica das atividades desenvolvidas pelo CREF8, a contratada deverá possuir disponibilidade operacional para atendimento das demandas relacionadas à cobertura de agendas oficiais da Presidência, eventos institucionais, ações de fiscalização, campanhas, solenidades, reuniões, cursos, palestras, programações especiais e demais atividades promovidas pela Autarquia, inclusive em horários diferenciados, finais de semana e feriados, quando previamente solicitado pela contratante.

1.10. A contratada deverá assegurar capacidade de resposta rápida às demandas institucionais de comunicação, garantindo suporte contínuo às ações estratégicas do CREF8, especialmente em situações que demandem divulgação imediata, cobertura extraordinária ou produção urgente de conteúdos institucionais e materiais gráficos.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 2.1 O Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR é Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, integrante do Sistema CONFEF/CREFs, com competência legal para orientar, disciplinar, fiscalizar e valorizar o exercício da profissão de Educação Física nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.
- 2.2 Considerando a necessidade de fortalecimento da comunicação institucional, ampliação da transparência administrativa, valorização das ações institucionais e aprimoramento do relacionamento com profissionais registrados e sociedade, o CREF8 demanda a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação institucional e mídias digitais, integrada a serviços de design gráfico e comunicação visual estratégica.
- 2.3 A solução proposta visa proporcionar suporte técnico especializado às ações institucionais desenvolvidas pela Presidência e demais setores do CREF8, compreendendo planejamento estratégico de comunicação, gerenciamento de redes sociais, produção de conteúdo institucional, cobertura de agendas oficiais, eventos institucionais, ações de fiscalização, campanhas educativas, cursos, palestras e demais atividades promovidas pela Autarquia.
- 2.4 A contratação contempla, ainda, serviços especializados de design gráfico e comunicação visual estratégica, incluindo criação e padronização de peças institucionais digitais e impressas, apresentações, materiais promocionais, campanhas institucionais, conteúdos visuais para redes sociais e demais recursos gráficos necessários ao fortalecimento da identidade visual e da imagem institucional do CREF8.
- 2.5 A integração entre os serviços de assessoria de comunicação e design gráfico mostra-se essencial para assegurar alinhamento estratégico, uniformidade visual, agilidade operacional e padronização da comunicação institucional, evitando fragmentação da execução, retrabalho e incompatibilidades entre conteúdos e materiais produzidos.
- 2.6 A contratação pretendida possui natureza continuada e estratégica, considerando a necessidade permanente de divulgação das ações institucionais, suporte às agendas oficiais da Presidência, cobertura de eventos e fortalecimento da presença institucional nos meios digitais e canais de comunicação.
- 2.7 A empresa contratada deverá possuir disponibilidade operacional compatível com a dinâmica institucional do CREF8, garantindo atendimento contínuo e tempestivo das demandas

relacionadas à cobertura de eventos, programações institucionais, reuniões, solenidades, campanhas, ações fiscalizatórias e demais atividades promovidas pela Autarquia, inclusive em horários diferenciados, finais de semana e feriados, quando necessário.

- 2.8 A solução adotada visa ampliar o alcance das ações institucionais, fortalecer a imagem e reputação do CREF8, promover comunicação clara, acessível e estratégica, aumentar o engajamento do público-alvo e assegurar maior efetividade na divulgação das atividades institucionais desenvolvidas pela Autarquia.
- 2.9 Diante das características do objeto e da necessidade de integração operacional entre os serviços, a solução técnica escolhida consiste na realização de procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço global do grupo, observando os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Da Subcontratação:**

3.2. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, desde que previamente autorizada pela contratante e limitada às atividades acessórias ou complementares necessárias à plena execução dos serviços.

3.3. A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada perante o CREF8 quanto à qualidade técnica dos serviços prestados, cumprimento dos prazos, observância das especificações técnicas e demais obrigações contratuais, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto.

3.4. Não poderão ser subcontratadas as atividades consideradas estratégicas ou principais do objeto, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento institucional da comunicação, coordenação das ações de comunicação da Presidência, gerenciamento das mídias digitais institucionais e supervisão técnica dos serviços.

3.5. A eventual subcontratação deverá observar as disposições legais aplicáveis, bem como garantir que os serviços executados mantenham o padrão de qualidade, identidade institucional e alinhamento estratégico exigidos pelo CREF8.

#### **3.6. Da Garantia da Contratação**

3.7. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco associado à execução contratual e a ausência de complexidade operacional que justifique a adoção da referida medida.

#### **3.8. Da Equipe Técnica**

3.9.A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e compatível com o objeto contratado, possuindo experiência em comunicação institucional, gerenciamento de mídias digitais, produção de conteúdo e design gráfico.

3.10.A equipe deverá possuir capacidade operacional para atendimento contínuo das demandas institucionais do CREF8, inclusive cobertura de eventos, agendas oficiais da Presidência, ações institucionais e demandas emergenciais de comunicação.

#### **3.11. Da Disponibilidade Operacional**

3.12.A contratada deverá manter disponibilidade operacional compatível com a dinâmica institucional do CREF8, garantindo atendimento tempestivo às demandas relacionadas à produção de conteúdo, cobertura institucional, criação de peças gráficas, campanhas e demais ações de comunicação institucional.



3.13. Os serviços poderão ser executados de forma presencial, remota ou híbrida, conforme necessidade da contratante e características da demanda.

#### 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, sob demanda, conforme as necessidades institucionais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, abrangendo atividades de assessoria de comunicação institucional, gerenciamento de mídias digitais, produção de conteúdo, cobertura de agendas oficiais da Presidência, eventos institucionais, campanhas, ações de fiscalização e demais atividades promovidas pela Autarquia.

4.2. Os serviços deverão ser executados de forma integrada e estratégica, compreendendo planejamento, produção, acompanhamento, monitoramento e divulgação das ações institucionais do CREF8, observando as diretrizes estabelecidas pela contratante.

4.3. A contratada deverá garantir disponibilidade operacional compatível com a dinâmica institucional do CREF8, assegurando atendimento tempestivo às demandas ordinárias e extraordinárias relacionadas à comunicação institucional, inclusive em horários diferenciados, finais de semana e feriados, quando previamente solicitado pela contratante.

4.4. A execução do objeto compreenderá, entre outras atividades:

- ☐ Produção de conteúdos institucionais;
- ☐ Gerenciamento de redes sociais;
- ☐ Desenvolvimento de peças gráficas;
- ☐ Produção de materiais de divulgação;
- ☐ Cobertura fotográfica e audiovisual;
- ☐ Cobertura de eventos institucionais;
- ☐ Divulgação de campanhas institucionais;
- ☐ Produção de comunicados, notas e materiais informativos;
- ☐ Monitoramento de desempenho digital.

4.4.1. Para fins de planejamento, fiscalização e acompanhamento da execução contratual, ficam estabelecidos os quantitativos mínimos estimados de demandas institucionais, sem prejuízo de outras atividades correlatas necessárias ao pleno atendimento das necessidades do CREF8:

SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA
Produção de conteúdos institucionais	mínimo de 12 conteúdos institucionais mensais
Gerenciamento de redes sociais institucionais	gerenciamento contínuo das redes sociais oficiais do CREF8, incluindo publicações, interações, monitoramento e atualização periódica
Desenvolvimento de peças gráficas	Quantitativo referencial médio mensal
Produção de materiais de divulgação	mínimo de 08 materiais institucionais mensais destinados à divulgação de ações, campanhas, cursos, palestras, eventos e atividades do CREF8
Cobertura fotográfica e audiovisual	mínimo de 04 coberturas institucionais mensais, incluindo registro fotográfico e audiovisual

**SERVIÇO**

**QUANTIDADE ESTIMADA**

Cobertura de eventos institucionais	cobertura dos eventos, solenidades, reuniões, ações de fiscalização, palestras, cursos e demais programações institucionais previamente demandadas pelo CREF8
Divulgação de campanhas institucionais	mínimo de 02 campanhas institucionais mensais, incluindo planejamento visual, divulgação e suporte comunicacional
Produção de comunicados, notas e materiais informativos	mínimo de 06 comunicados, notas institucionais ou materiais informativos mensais
Monitoramento de desempenho digital	apresentação de 01 relatório mensal contendo métricas, alcance, engajamento, desempenho das redes sociais e indicadores de comunicação institucional

4.4.2. Os quantitativos acima possuem caráter estimativo e referencial, podendo sofrer variações para mais ou para menos, conforme a demanda institucional do CREF8, sem prejuízo da plena execução do objeto contratado.

4.4.3. A contratada deverá garantir capacidade operacional suficiente para atendimento das demandas ordinárias e extraordinárias da Autarquia, especialmente relacionadas às agendas da Presidência, campanhas institucionais, eventos, ações fiscalizatórias e demais atividades institucionais promovidas pelo CREF8.

4.5. Os serviços poderão ser executados de forma presencial, remota ou híbrida, conforme a natureza da demanda e necessidade institucional do CREF8.

4.6. A contratada deverá realizar cobertura institucional das agendas oficiais da Presidência, reuniões, solenidades, eventos, ações de fiscalização, cursos, palestras, campanhas e demais programações promovidas pelo CREF8, incluindo registro fotográfico, audiovisual e divulgação institucional.

4.7. As demandas serão encaminhadas pela contratante mediante solicitação formal do setor competente, contendo as informações necessárias à execução dos serviços, prazos e especificações aplicáveis.

4.8. A contratada deverá observar os prazos definidos pela contratante, garantindo agilidade, qualidade técnica e alinhamento institucional em todas as entregas realizadas.

4.9. Os materiais produzidos deverão seguir a identidade visual institucional do CREF8, observando padrões de comunicação visual, clareza das informações, acessibilidade e adequação institucional.

4.10. A contratada deverá apresentar relatórios periódicos contendo informações sobre as atividades executadas, desempenho das mídias digitais, alcance das publicações, engajamento do público e demais indicadores relacionados à execução contratual.

## 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

- 5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);
- 5.3. As comunicações entre o CREF8 ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017);
- 5.4. O CREF8 poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (caput do art. 45 da IN nº 5, de 2017);
- 5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);
- 5.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (inciso II do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 5.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 5.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.11. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 5.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (inciso IV do

art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.19. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.21. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021).

5.22. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021).



- 5.23. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.24. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (§1º do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.25. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação do Contratado junto ao Sicaf (art. 30 da IN nº 3, de 2018).
- 5.26. Serão exigidas, para fins de pagamento e manutenção da regularidade contratual, a Certidão de Regularidade Fiscal relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como demais certidões eventualmente exigidas pela legislação aplicável, caso tais documentos não estejam regulares no SICAF.
- 5.27. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 5.28. As comunicações entre o CREF8 e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);
- 5.29. O CREF8 poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 5.30. A contratada deverá manter alinhamento institucional com as diretrizes de comunicação estabelecidas pelo CREF8, observando os padrões de identidade visual, linguagem institucional, publicidade e interesse público em todos os materiais e conteúdos produzidos.
- 5.31. Nenhum conteúdo institucional, peça gráfica, publicação, vídeo, campanha ou material de divulgação poderá ser divulgado sem prévia aprovação do setor competente ou da Presidência do CREF8, salvo autorização expressa em contrário.
- 5.32. A contratada deverá garantir sigilo e confidencialidade das informações institucionais eventualmente acessadas em razão da execução contratual, sendo vedada a divulgação de informações internas sem autorização formal do CREF8.
- 5.33. A contratada deverá manter disponibilidade operacional compatível com as demandas institucionais da Autarquia, especialmente para cobertura de eventos, agendas oficiais, campanhas institucionais, reuniões, solenidades e demais atividades promovidas pelo CREF8.
- 5.34. A contratada deverá assegurar atendimento tempestivo às demandas emergenciais de comunicação institucional, inclusive em situações que exijam divulgação imediata, produção urgente de materiais ou suporte extraordinário à Presidência.
- 5.35. Os materiais produzidos no âmbito da contratação serão de propriedade exclusiva do CREF8, incluindo peças gráficas, vídeos, fotografias, artes, campanhas, conteúdos digitais e demais produtos desenvolvidos durante a execução contratual.

## **6. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 6.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão eletrônico, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.
- 6.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a

generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I documentação exigida para habilitação.

6.3. Habilitação jurídica:

6.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

6.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.8. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.9. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

6.10. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

6.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.12. Regularidade fiscal, social e trabalhista;

6.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto

contratual;

6.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.20. Qualificação Técnica:

6.21. Comprovação de aptidão para fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste processo, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de ATESTADO(S) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.20.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.20.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar experiência da licitante na prestação de serviços relacionados à:

- ☐ assessoria de comunicação institucional;
- ☐ gerenciamento de mídias digitais;
- ☐ produção de conteúdo institucional;
- ☐ cobertura de eventos institucionais;
- ☐ design gráfico e comunicação visual estratégica

6.20.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, desde que demonstrada compatibilidade com o objeto da contratação.

6.20.4. O CREF8 poderá realizar diligências para verificação da autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente.

6.20.5. O CREF8 poderá solicitar apresentação de portfólio técnico contendo materiais institucionais, campanhas, peças gráficas, conteúdos digitais, apresentações e demais trabalhos compatíveis com o objeto da contratação.

## **7. DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com os serviços efetivamente executados no período, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada dos relatórios de execução das atividades desenvolvidas.

7.2. A execução dos serviços deverá observar as especificações, critérios técnicos, níveis de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7.3. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante ordem bancária creditada em conta corrente de titularidade da contratada, informada no documento fiscal.

7.4. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista devidamente atualizadas, especialmente:

- ☐ Certidão de Regularidade Fiscal Federal e Dívida Ativa da União;
- ☐ Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- ☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- ☐ Demais certidões eventualmente exigidas pela legislação aplicável.

7.5. O recebimento dos serviços ocorrerá da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE

Mediante análise preliminar das atividades executadas, para verificação da conformidade dos serviços com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

b) DEFINITIVAMENTE

Após verificação da qualidade técnica, conformidade das entregas, cumprimento dos prazos, aprovação dos materiais produzidos e emissão do atesto definitivo pelo gestor ou fiscal do contrato.

7.6. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade, diretrizes institucionais ou prazos estabelecidos, devendo a contratada promover as correções necessárias sem ônus adicional para o CREF8.

7.7. O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva execução dos serviços contratados, mediante apresentação de relatório contendo as atividades desenvolvidas no período, materiais produzidos, ações executadas, cobertura institucional realizada e demais evidências relacionadas à execução contratual.

7.8. O CREF8 poderá realizar glosas proporcionais nos pagamentos em caso de descumprimento parcial das obrigações contratuais, atrasos injustificados, baixa qualidade técnica dos serviços ou não atendimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos.

## 8. FORMAS DE PAGAMENTO

8.1. A forma de pagamento adotada para a presente contratação será por preço global mensal, correspondente à execução continuada dos serviços contratados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

8.2. O valor contratado compreenderá todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, deslocamentos, equipamentos, softwares, materiais, tributos, despesas operacionais e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.



- 8.3. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada do relatório mensal das atividades executadas, devidamente atestado pelo fiscal ou gestor do contrato.
- 8.4. Somente serão considerados para fins de pagamento os serviços efetivamente executados em conformidade com as especificações técnicas, níveis de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter descrição detalhada dos serviços executados no período correspondente, bem como os dados bancários da contratada para fins de pagamento.
- 8.6. As faturas somente serão liberadas para pagamento após análise e aprovação da fiscalização contratual, devendo estar isentas de erros, rasuras ou inconsistências, hipótese em que serão devolvidas à contratada para as devidas correções, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento após a regular reapresentação.
- 8.7. A contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista devidamente atualizadas, conforme exigências legais e contratuais.
- 8.8. O CREF8 poderá realizar glosas proporcionais nos pagamentos em caso de execução parcial dos serviços, descumprimento contratual, atrasos injustificados, baixa qualidade técnica, não atendimento das demandas institucionais ou inobservância dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos.
- 8.9. As variações quantitativas das demandas institucionais inerentes à dinâmica da comunicação institucional não implicarão, por si só, alteração automática do valor contratado, salvo nos casos formalmente justificados e autorizados pela Administração.
- 8.10. Todos os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária em conta de titularidade da contratada.
- 8.11. Todos os pagamentos serão efetuados em moeda nacional (Reais (R\$)).

## **9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

- 9.1. No caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.
- 9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratual, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:
- Advertência;
  - Multa;
  - Impedimento de Licitar e Contratar;
  - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.
- 9.3. Multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso

de atraso injustificado na execução dos serviços, limitada ao período de até 30 (trinta) dias.

9.4. Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso de atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

9.5. Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal do contrato pelo descumprimento das demais obrigações contratuais, inclusive:

- a) não atendimento das demandas institucionais;
- b) atraso na entrega de materiais;
- c) descumprimento dos prazos estabelecidos;
- d) falhas na cobertura de eventos;
- e) baixa qualidade técnica dos materiais produzidos;
- f) não observância da identidade visual institucional;
- g) ausência de disponibilidade operacional.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa poderá ser elevada para 0,3% (três décimos por cento).

9.6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato nos casos de:

- a) inexecução total do objeto;
- b) abandono contratual;
- c) rescisão motivada por culpa da contratada;
- d) desistência injustificada da execução dos serviços.

9.7. O descumprimento de obrigações relacionadas à confidencialidade, divulgação indevida de informações institucionais ou publicação de conteúdos sem autorização do CREF8 poderá ensejar aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa da contratada.

9.8. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada ou recolhidas mediante guia própria emitida pela contratante, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial.

9.9. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia do contraditório e da ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 Solicitar a execução dos serviços à contratada mediante demanda formal, contendo as informações necessárias à adequada execução do objeto contratual.

10.2 Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.3 Disponibilizar as informações institucionais, documentos, diretrizes e orientações necessárias à execução dos serviços contratados.

10.4 Designar fiscal e gestor do contrato para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, podendo solicitar correções, ajustes e providências necessárias ao adequado cumprimento contratual.

10.5 Fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio da unidade competente, podendo rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e diretrizes institucionais estabelecidas.

10.6 Notificar formalmente a contratada acerca de irregularidades, falhas, atrasos ou descumprimentos verificados na execução contratual, concedendo prazo para regularização quando cabível.

10.7 Realizar a análise e aprovação prévia dos conteúdos institucionais, peças gráficas, campanhas, publicações e demais materiais produzidos pela contratada.

10.8 Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

10.9 Aplicar as penalidades previstas na legislação vigente e neste instrumento, quando constatado descumprimento das obrigações contratuais.

10.10 Promover o alinhamento institucional das demandas encaminhadas à contratada, visando assegurar coerência, padronização e conformidade da comunicação institucional do CREF8.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

11.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.10. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

11.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art.](#)



116, parágrafo único);

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.18. A contratada deverá observar integralmente as diretrizes institucionais, padrões de identidade visual e orientações de comunicação estabelecidas pelo CREF8, garantindo alinhamento estratégico em todos os materiais e conteúdos produzidos.

11.19. Nenhum conteúdo institucional, publicação, peça gráfica, vídeo, campanha, nota ou material de divulgação poderá ser divulgado sem prévia aprovação da contratante, salvo autorização expressa em contrário.

11.20. A contratada deverá manter disponibilidade operacional compatível com as demandas institucionais do CREF8, inclusive para cobertura de agendas oficiais, reuniões, eventos, campanhas, ações fiscalizatórias e demais atividades institucionais, quando solicitado pela contratante.

11.21. A contratada deverá assegurar atendimento tempestivo às demandas emergenciais de comunicação institucional, especialmente aquelas relacionadas à Presidência, divulgação urgente de informações institucionais e gerenciamento de situações excepcionais.

11.22. Todos os materiais produzidos durante a execução contratual, incluindo artes, vídeos, fotografias, campanhas, conteúdos digitais, apresentações e demais produtos desenvolvidos, serão de propriedade exclusiva do CREF8, incluindo arquivos editáveis, bancos de imagem, artes abertas, vídeos editáveis e demais materiais-fonte produzidos durante a execução contratual.

11.23. A contratada deverá garantir a originalidade dos materiais produzidos, responsabilizando-se integralmente por eventuais violações de direitos autorais, uso indevido de imagens, marcas, conteúdos ou quaisquer elementos protegidos pela legislação vigente.

11.24. A contratada deverá manter absoluto controle e responsabilidade quanto à administração das mídias digitais institucionais, observando boas práticas de segurança da informação, proteção de acessos, confidencialidade de credenciais e preservação da integridade dos canais institucionais do CREF8.

11.25. A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos pela contratante para produção e entrega dos materiais institucionais, observando os níveis mínimos de qualidade e

desempenho previstos neste Termo de Referência.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios de desempenho, qualidade, tempestividade e conformidade das entregas previstas neste Termo de Referência.

12.1.1. A fiscalização contratual observará, entre outros, os seguintes critérios:

- a) cumprimento dos prazos estabelecidos;
- b) qualidade técnica dos materiais produzidos;
- c) alinhamento às diretrizes institucionais;
- d) regularidade das publicações e conteúdos;
- e) atendimento das demandas institucionais;
- f) cobertura adequada de agendas e eventos;
- g) disponibilidade operacional da contratada;
- h) conformidade com a identidade visual institucional;
- i) efetividade da comunicação institucional.

12.1.2. Será indicada retenção, glosa ou desconto proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando verificado que a contratada:

- a) não produziu os resultados mínimos esperados;
- b) deixou de executar, executou parcialmente ou executou com qualidade inferior as atividades contratadas;
- c) descumpriu prazos estabelecidos para atendimento das demandas institucionais;
- d) não realizou cobertura adequada de agendas, eventos ou programações institucionais;
- e) deixou de disponibilizar equipe técnica compatível com a execução do objeto;
- f) produziu materiais em desacordo com as diretrizes institucionais ou identidade visual do CREF8;
- g) descumpriu níveis mínimos de desempenho, qualidade ou disponibilidade operacional previstos neste Termo de Referência.

12.2. A aplicação de glosas, retenções ou descontos não impede a aplicação concomitante das demais penalidades previstas na legislação vigente e neste instrumento contratual.

12.3. A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante análise do relatório de atividades executadas pela contratada, acompanhado das respectivas evidências de execução, conteúdos produzidos, peças gráficas, publicações, coberturas institucionais e demais entregas realizadas no período.

12.4. A contratada deverá apresentar relatório mensal detalhado contendo, no mínimo:

- a) atividades executadas;
- b) conteúdos produzidos;
- c) peças gráficas elaboradas;
- d) campanhas realizadas;

- e) eventos cobertos;
- f) indicadores de alcance e engajamento;
- g) resultados obtidos;
- h) demais ações desenvolvidas no período.

### **13. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa da Administração e demonstração da vantajosidade da prorrogação.

13.2 A execução dos serviços terá início após a emissão da Ordem de Serviço ou solicitação formal da contratante, observando as condições, especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

13.3 Os serviços serão executados de forma contínua e sob demanda, conforme necessidades institucionais do CREF8, abrangendo:

- a) assessoria de comunicação institucional;
- b) gerenciamento de mídias digitais;
- c) produção de conteúdo;
- d) design gráfico e comunicação visual;
- e) cobertura de agendas oficiais;
- f) cobertura de eventos institucionais;
- g) campanhas institucionais;
- h) ações de divulgação e comunicação estratégica.

13.4. A contratada deverá garantir disponibilidade operacional compatível com as demandas institucionais do CREF8 durante toda a vigência contratual, inclusive para atendimento de demandas extraordinárias, cobertura de eventos, reuniões, solenidades e demais programações institucionais.

13.5. Os prazos específicos para execução das demandas serão definidos pela contratante conforme a natureza de cada solicitação, observados os níveis mínimos de desempenho e os prazos operacionais estabelecidos neste Termo de Referência.

### **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da Autarquia.

14.2 A contratação será custeada por meio da conta contábil:

6.2.2.1.01.01.047 – SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA.

14.3 A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, ficando condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para cobertura das despesas decorrentes da execução contratual.

14.4 Nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas correspondentes correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos respectivos orçamentos anuais, sendo a indicação dos créditos realizada mediante apostilamento, quando cabível.

14.5 A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais do CREF8

relacionadas ao fortalecimento da comunicação institucional, transparência administrativa, divulgação das ações da Presidência e ampliação do relacionamento institucional com os profissionais registrados e a sociedade.

## 15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 15.1 O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 89.899,32 (oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos)**, considerando a execução dos serviços de assessoria de comunicação institucional, gerenciamento de mídias digitais, design gráfico e comunicação visual estratégica, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
- 15.2 A estimativa de preços foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante realização de pesquisa de mercado compatível com o objeto da contratação, observando critérios de razoabilidade, compatibilidade de preços e vantajosidade para a Administração.
- 15.3 Para composição do valor estimado, foram considerados os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo mão de obra especializada, gerenciamento de mídias digitais, produção de conteúdo, design gráfico, cobertura institucional, equipamentos, softwares, tributos, encargos legais, despesas operacionais e demais custos diretos e indiretos relacionados à execução contratual.
- 15.4 Os valores estimados possuem caráter referencial e visam subsidiar a Administração na análise da vantajosidade da contratação, não representando obrigação de contratação pelo valor máximo estimado.

Manaus, 13 de maio de 2026.

**Ingra Graziela Guedes Mesquita**

Diretora Executiva e Requisitante do CREF8/AM-AC-RO-RR.





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 99A9-022A-959F-CC93

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (CPF 937.XXX.XXX-68) em 14/05/2026 15:09:46 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://crefam.1doc.com.br/verificacao/99A9-022A-959F-CC93>